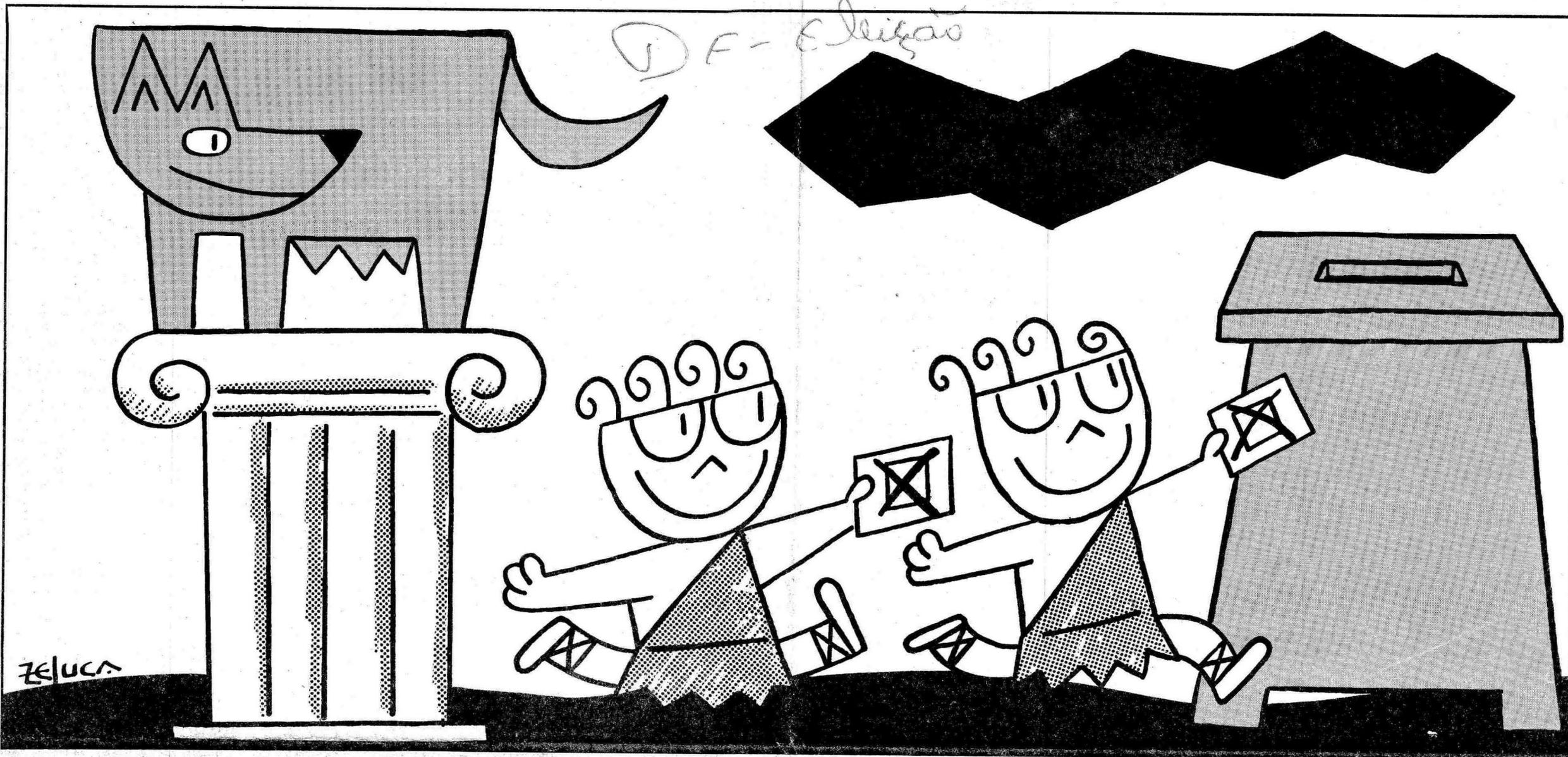


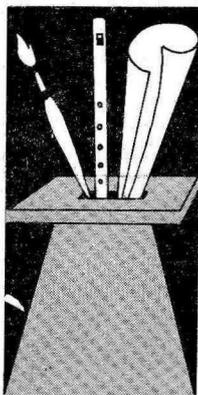
Brasília elege o governador

Na primeira eleição geral, 893.659 eleitores do DF escolhem seus dirigentes



Oswaldo Buarim Jr.

Brasília quebra hoje jejum político de 30 anos e, pela primeira vez, elege todos os seus dirigentes pelo voto direto. São 555 candidatos na disputa pela preferência de 893 mil 659 eleitores que vão escolher o governador, um senador, oito deputados federais e 24 distritais. A eleição inicia uma nova fase na vida da cidade, que deixa de ser uma simples capital administrativa para ter participação ativa no cená-



rio nacional, além de dar suas próprias soluções para assuntos de interesse exclusivo dos que aqui moram e trabalham.

Se a maturidade do Distrito Federal é balzaquiana, a conquista da autonomia não foi gratuita, como se um presente dos deputados e senadores que em 1988 fizeram a Constituição Federal. A emancipação é perseguida desde que a capital da República se transferiu do Rio de Janeiro para o Planalto Central. A partir de 1964, o regime militar calou os anseios de liberdade de Brasília, mas a luta pela autonomia voltou com toda força com a anistia dos deserdados polí-

ticos em 1979.

A proposta de eleições diretas para todos os cargos no Distrito Federal teve novo impulso com a campanha das "Diretas Já", em 1984. A eleição de Tancredo Neves pelo colégio eleitoral em 1985 abreviaria a emancipação, mas sua morte inesperada deixou o assunto para decisão da Constituinte. Tancredo chegou a dizer que "conhecia indivíduos cassados, mas não cidades cassadas". Em 1986 uma emenda à Constituição de 1967 permitiu a eleição de senadores e deputados federais pelo DF, e a Constituinte tornou definitiva a representação popular em Brasília.

A Constituição também proibiu a subdivisão do DF em municípios, por um acordo interno da subcomissão do DF. O relator Sigmaringa Seixas queria estender a autonomia também às cidades-satélites, mas a eleição dos administradores e conselhos regionais só será decidida pela Câmara Legislativa, que vai fazer a Lei Orgânica do Distrito Federal. É na Câmara Legislativa, aliás, que vão estar as atenções do eleitorado, a partir de janeiro, uma vez que somente dois terços dos votos aprovam a proposta de Lei Orgânica, e é aí que Brasília vai escrever o seu destino, que hoje começa a ser decidido.